

---

**PADRE MANUEL ANTUNES, *REPENSAR PORTUGAL***

(Theya, Lisboa, 2023)

***A urgência de repensar Portugal após a Revolução dos Cravos*, p. 24-25**

«Atrevo-me a dizer provocativamente: o Portugal de hoje tem necessidade não de saciados mas de famintos em espírito; não de repetidores de gestos próprios ou alheios mas de pesquisadores; não de mandarins mas de profetas; não de reformados da vida mas de comprometidos até ao fundo com a mesma vida; não de ideólogos, mas de contemplativos (de contemplativos na ação, entenda-se); não de representantes do particular, do campanário da própria aldeia (partido, seita, grémio, clube) mas do vasto mundo, literalmente, do universal. Só eles poderão depois, com conhecimento de causa e sentimento pela causa, ver o concreto, analisar o concreto, assumir o concreto no sentido de o transformar. O Portugal de 1979 tem necessidade, pelo menos tanto como de pão para a boca, de passar da heteronomia à autonomia, do individual ao comunitário, da inconsciência mais ou menos colectiva à consciência o mais crítica e universalmente generalizada. Se isso é função de todos, é-o, muito em particular, dos chamados «homens de cultura». É a eles, sobretudo, que compete perguntar e ao menos tentar responder a estas questões de base: quem éramos nós? Em que realidade coletiva nos transformámos? Onde estávamos? Aonde regressámos? Para onde caminhamos? De onde nos virá, no concreto, a libertação? Que meios utilizaremos para a tornarmos efetiva, quer dizer, adaptada à comunidade que fomos e, sobretudo, à comunidade que somos?»

***Repensar Portugal*, p. 35**

«De um dia para o outro tudo pareceu novo. Era o fim das palavras longamente proibidas, dos gestos apertadamente contrafeitos, de uma certa mentira institucionalizada, do terror invisível mas presente em toda a parte. Era a possibilidade do termo do isolamento internacional, daquele “orgulhosamente sós” que é a contradição mesma do mundo em que vivemos. Era o surpreso despertar de um pesadelo de anos, cada vez mais denso. Cada vez mais escuro. Era o emergir da “apagada e vil tristeza” para um mundo outro, o mundo da esperança na sua dimensão histórica tangível. Era o regresso à pátria comum de tantos que dela tinham sido expulsos, porque a amavam de outra maneira, mas dos quais se nos dizia, infatigavelmente, que a odiavam.

A revolução foi a Festa. Festa dos cravos de maio, da confraternização do Povo e das Forças Armadas, do entusiasmo coletivo, de uma certa irmandade não fingida, de uma vasta disponibilidade à abertura, de uma, por vezes, cândida e larga espontaneidade.

E, de repente, o País pôs-se a falar»

***Que democracia para Portugal?* p. 89**

«Na história dos povos, como na história dos grupos significativos, como na história dos indivíduos, surgem, por vezes, momentos em que se põe o dilema radical: ou renascer ou morrer; ou conversão a uma outra maneira de ser e a uma maneira de se ser outro ou desaparecimento na necrose.

Portugal chegou a um desses momentos. Mais de quatro anos volvidos sobre a revolta do 25 de Abril, revolta que viria a transformar-se, sobretudo a partir do 11 de Março 1975, em

revolução, essa alternativa põe-se com uma agudeza, uma premência e, até, uma angústia a que não mais é possível fugir. Que quer o País? Que quer o povo Português? Que queremos nós? Queremos realmente uma comunidade nova, uma sociedade nova, um estilo de vida novo em que certos defeitos mais graves, certas carências mais significativas ou certas características mais negativas da nossa existência comunitária dos últimos tempos (de sempre?) sejam modificados, vão sendo modificados, com a gradualidade que semelhantes transformações exigem, ou preferimos nós continuar a insistir neles, a erguê-los como valores e não a removê-los como obstáculos, a assumi-los na prática, quando não na teoria, como a autêntica maneira de se ser português, como a autêntica maneira do nosso colectivo estilo de vida?»

---

## EDUARDO LOURENÇO, *O LABIRINTO DA SAUDADE*

(Gradiva, Lisboa, 2000)

pp. 64-66

«Nenhum povo pode viver em harmonia consigo mesmo sem uma imagem *positiva* de si. A revolução de Abril restituiu ao cidadão português a plenitude dos direitos cívicos comuns às democracias ocidentais, operou uma mudança nas relações de força entre a antiga classe dirigente e possuidora e o povo trabalhador, mas não encontrou ainda aquele ponto de apoio que sem precisar de ter o odioso perfil de um nacionalismo chauvinista, paranóico e irrealista, corresponda ao sentimento de natural fruição da autonomia e da dignidade *nacionais*. Neste momento a colectividade nacional não *vive* Portugal como uma realidade histórica sustentada e animada por um sentimento de confiança e de legítimo orgulho no seu destino particular. A *actual imagem* de Portugal aos olhos dos Portugueses aparece-lhe de novo, mau grado a insistência e a luta pela dignidade nacional, pela recuperação das suas possibilidades económicas, sociais e culturais, de molde a torna-lo um parceiro internacional à altura do seu longo passado, como eivada de estigmas e carências, cuja recordação pesa na nossa memória colectiva. De benjamins da esperança revolucionária aceitável para uma Europa em crise larvada, apenas há quatro anos, aproximamo-nos, se o não estamos já, da bem conhecida situação do “homem doente da Europa”. Na mera ordem política assistimos à espectacular e provocante saída dos túmulos bem calafetados de conhecidos responsáveis de uma ordem que não pôde subsistir senão pelo esmagamento implacável da classe trabalhadora e da “legalização” da censura e da política secreta. Na ordem externa, acentua-se, cada dia que passa, a nossa estrutural dependência de nações ou grupos para quem a revolução de Abril, mesmo mitigada, não é nem pode ser *persona grata*. Sob tão pouco exaltante pano de fundo terá chegado a hora de regresso de todos os fantasmas maléficis da nossa história que periodicamente nos visitam? Somos nós incuráveis, paradoxais geradores ou co-geradores de povos e incapazes de construir um telhado duradouro para a nossa própria casa?

Desde o início, a revolução cometeu uma falta que, esperamo-lo, não lhe seja fatal. Hipnotizada pelo duro combate ideológico – necessário mas só vivido concretamente pela massa dos cidadãos politizados – a revolução descuroou em excesso o *sentimento nacional*, deixando à futura direita, após a cómoda hibernação que lhe ofereceu, a sua exaltada e frenética exploração. É verdade que os valores de “pátria”, “patriotismo”, “sentimento nacional”, pelo seu teor afectivo, de cariz irracional, não costumam ser reivindicados pela esquerda. É um erro funesto. Nenhuma revolução trunfou com argumentos meramente ideológicos. Só a conjugação do interesse nacional e do interesse social assegurou o sucesso das revoluções que triunfaram ou deixaram após elas a sua marca indelével. Os soldados do Ano II, evocados por Victor Hugo, batiam-se como revolucionários e patriotas. É verdade que a idéia de “pátria” era então “revolucionária” e que a burguesia a degradou em seguida para serviço dos seus interesses específicos. Mas a idéia de Nação e o “nacionalismo”, no seu sentido de radicação e consubstanciação com o interesse nacional, não só não são antagónicos do interesse revolucionário como lhe comunicam a sua força afectiva e a sua exigência ainda não superada por outro tipo de comunidade de mais concreta e íntima participação. Nos primeiros tempos a imagem de marca de uma revolução límpida,

acompanhada do fervor popular impôs-se à Europa e ao mundo com uma tal fulgurância que sob ela pudemos esconder, ou transcender e transfigurar através dela, a amputação histórica objectiva que representou para nós o fim do império colonial. Após essa fase, devíamos ter encontrado, num projecto nacional de vocação socialista realmente popular pela sua consubstanciação com os interesses vitais da comunidade, aquilo que se perdera jogando num extremismo ideológico sem raízes fundas na tradição portuguesa, em suma, um sentido à altura de uma nação carregada de recordações grandiosas e cicatrizes cruéis. Faltou-nos imaginação. Calçámos as pantufas dos reformados da história. Estamos vivendo ao *ralenti* e com a corda na garganta uma experiência democrática sem nenhuma das virtudes que assinalaram a nossa passagem através do mundo. É certo que não fazemos ondas, e que nesse sentido, uma vez mais, agora sob o modo do democratismo mais inodoro e insípido, somos, como dizia Marcelo Caetano, um “oásis de paz”, ou, em termos lunares, um “mar de tranquilidade”. Felizes, o antigo mar da história banha sem paixão o promontório sacro, donde outrora investimos o desconhecido para hoje ainda, por esse gesto, termos no silêncio expectante de uma memória que nos julga na sua luz imperecível um rosto e um nome que são os nossos por nós sermos deles. Para quando a nova viagem para esse outro desconhecido que somos nós mesmos e Portugal connosco?»

---

**JOSÉ GIL, *PORTUGAL, O MEDO DE EXISTIR***

(Relógio d'Água, Lisboa, 2004)

p. 66:

«Numa sociedade em transição, nada veio ainda ocupar o lugar desse tipo de afectividade social. À medida que se instala e sedimenta a democracia política, a subjectivação correspondente (o sujeito dos direitos democráticos) não se constituiu ainda, nem os direitos de cidadania, nem os simples reflexos do civismo foram interiorizados pelo português de pós-25 de Abril.

Nesta situação instável, os corpos e os espíritos não se abriram ao novo espaço que a liberdade política devia criar. A abertura produziu-se a um nível formal e os corpos continuaram fechados. Porque, como acabámos de ver a democracia dos afectos do tempo do salazarismo, longe de abrir os corpos, mantinha-os semicerrados, adormecidos numa ilusão de laço afectivo formador e criativo, mas efectivamente clandestino e imaginário – porque o espaço público não dava vazão ao desenvolvimento e ao trabalho do desejo.

O 25 de Abril não libertou os corpos, senão formalmente, como não alargou o horizonte dos espíritos, senão teoricamente. Não foram os extraordinários e temerários princípios de liberdade substancial que os vários “processos revolucionários” propuseram e quiseram inscrever (pelo menos na Constituição), que transformaram o espaço dos corpos encolhido e enquistado pelo medo e os hábitos de submissão interiorizados durante décadas. A democracia formal criou as condições para a sua transformação mas não a realizou. Depois de várias experiências voluntaristas de abertura – logo abortadas ou engolidas pela prática e pelo discurso políticos – os corpos e os espíritos voltaram aos velhos padrões arquisedimentados»

p. 112:

«Vivemos numa sociedade normalizada, consensual, que esconde, sob uma fachada (cada vez menos) brilhante, uma insegurança profunda. A “auto-estima” (expressão horrível, que diz o que diz), a que, parece, tanto se aspira, recobre a falta real de uma sólida autoconfiança. Continuamos a acreditar pouco em nós, apesar de, ainda há pouco, antes da recessão económica, ostentarmos inúmeras razões para nos sentirmos orgulhosos, contentes, valorizados.

E porque não o somos? Porque continua vivo, no fundo de nós, o pequeno mas insistente, permanente e obsessivo temor e tremor que nos impede de ser um povo alegre? Será que não vencemos ainda o antigo mal-estar em que vivia o povo português? Que mal estar?

A “normalização” a que vem sendo submetida a sociedade portuguesa não incide apenas – nem principalmente – no processo de regularização da vida política democrática, após os sobressaltos que se seguiram ao 25 de Abril. A normalização de que aqui se trata é um segmento mais geral e profundo. Caracteriza-se negativamente, como vimos, pela homogeneização dos comportamentos, pela supressão de possibilidades de vida (criação de novos possíveis de subjectivação), e, positivamente, pela aceitação universal deste estado de coisas. Um traço essencial da normalização é a ausência de alternativas, a afirmação de uma única norma em todos os domínios (desde a governação à vida privada). Ausência de

alternativas que por sua vez são acompanhadas pelo desaparecimento da norma. A sociedade portuguesa está normalizada por uma regra invisível. [...]

A democracia tornou-se uma questão de bom senso. É a via única. Impõe-se universalmente e impõe-se em Portugal, misturando-se com o mais fino tecido das mentalidades que querem o consenso e fogem dos conflitos, valorizando acima de tudo a paz da mediania, o equilíbrio do justo meio – numa palavra, o bom senso»

p. 123:

«O duplo-esmagamento de que hoje sofre o português decorre naturalmente deste processo. Portugal saiu do salazarismo *com medo*, quer dizer, *saiu com medo de sair*. A suavidade do “processo revolucionário”, a complacência que se manifestou com os dignitários e os sicários do antigo regime, a maneira como se obliterou a guerra colonial, etc., etc., testemunham esse medo. O refluxo da normalização que se seguiu aos excessos “revolucionários” instalou-se em nome do bom senso democrático. E o medo, sedimentado, invisível, permaneceu. Logo depois, veio a entrada na Comunidade Europeia e a mundialização (cujo rosto primeiro foram os flagelos planetários – sida, violência criminal, droga, desemprego – antes dos benefícios que nos tornarão iguais aos outros) que trouxeram com elas um outro género de medo.

O medo de sair (da sociedade autoritária do medo) fez com que nunca realmente se saísse do medo. Como se voltou à velha tendência nacional de não conflitualidade social e política, ela infiltrou-se naturalmente na ausência de conflito inerente à sociedade globalizada do controlo. O salazarismo havia obtido a supressão dos conflitos com a repressão, mas a passagem actual para a mundialização reactiva a tendência, democraticamente, graças à existência da norma única (que é ausência de norma e de autoridade visíveis).

O duplo esmagamento está em curso, apaga-se o medo com o medo, todos os medos antigos que o 25 de Abril não exorcizou desaparecem quando neles se enxerta o medo da exclusão, tanto mais incompreensível quanto ele surge numa sociedade livre, democrática, que se edificou contra o antigo regime autoritário».